

Justiça dos EUA pede aumento de salário para juizes

Os salários dos juizes americanos vêm sofrendo um grave achatamento nos últimos 35 anos, que coloca em risco o futuro do judiciário dos Estados Unidos. A reclamação foi feita pelo presidente da Suprema Corte, John G. Roberts, em seu relatório anual, divulgado no último dia de 2006. Roberts disse que a negativa do Congresso em aprovar um aumento para os juizes nos últimos anos, leva a uma grave crise constitucional. As informações são do jornal *New York Times*.

Para Roberts há uma nítida defasagem da evolução dos salários do judiciário em comparação com a média nacional. Segundo ele, enquanto os ganhos dos juizes caíram 23,9% desde 1969, a média nacional dos salários aumentou 17,8%. “Dada a dramática erosão da remuneração dos juizes, está claro que chegou a hora de se conceder um aumento salarial substancial aos juizes”.

Roberts lembrou que William Rehnquist, o presidente da Suprema Corte a quem ele próprio substituiu no ano passado, passou 20 anos batendo na tecla do aumento para os julgadores americanos. Agora, Roberts resolveu transformar o aumento no único tema de seu relatório anual na esperança de que o povo tome conhecimento de que o problema agora atingiu o nível de uma crise constitucional que ameaça minar a força e a independência do judiciário federal.

O problema já estaria provocando uma evasão de cérebros da Justiça Federal americana. Segundo Roberts, era raro até alguns anos atrás, que juizes abandonassem a carreira para ir trabalhar no setor privado. No entanto, nos últimos seis anos 38 juizes abandonaram a toga, 17 deles nos dois últimos anos.

Outra tendência provocada pela baixa dos salários é que a maioria dos novos juizes é constituída por advogados que já atuavam no setor público. Menos de 40% dos novos juizes federais vieram da advocacia privada. “Muda a natureza do judiciário federal quando os juizes não são mais recrutados entre os melhores advogados em atividade”, diz Roberts.

A legislação estabelece que um juiz federal deve receber o mesmo salário dos membros do Congresso. Estes valores correspondem hoje a US\$ 165 mil por ano (o equivalente a R\$ 28 mil por mês) para juizes de primeira instância; US\$ 175 mil anuais (R\$ 30 mil mensais) na segunda instância e US\$ 203 mil (R\$ 34 mil) para os ministros da Suprema Corte.

Numa comparação com a iniciativa privada, advogados associados iniciam nos grandes escritórios de Nova York com remuneração aproximada de US\$ 175 mil por ano.

John Roberts, que estava longe de ser um principiante faturou US\$ 1 milhão em 2003, seu último ano na iniciativa privada. Mas ele mesmo reconhece que este tipo de comparação não faz sentido ou ele não teria como explicar porque trocou a advocacia pela magistratura.

Outro ministro da Suprema Corte, Stephen Breyer prefere comparar os salários do judiciário com os do magistério. Em 1969, um juiz federal ganhava US\$ 40 mil por ano enquanto um professor titular de faculdade de Direito recebia US\$ 33 mil. Em 2002, o juiz ganhava US\$ 150 mil e o professor US\$



250 mil.

Autores: Redação ConJur